

**Conjuntura** Bolsa-Família é responsável, entre 2001 e 2004, por dois terços do aumento do poder de compra

# Renda dos pobres cresce 14%, revela estudo

**Sergio Lamucci**  
De São Paulo

O Brasil enfrentou um período de virtual estagnação econômica de 1995 a 2004, mas mesmo assim a renda dos pobres cresceu no período. Esse é o "paradoxo brasileiro", como define o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Nos últimos dez anos, o único espetáculo do crescimento que tivemos foi a preços populares." Estudo divulgado ontem mostra que a tendência de queda da desigualdade iniciada em 2001 prosseguiu em 2005, apontando que 2004 foi o grande destaque do período. Nesse ano, a renda per capita dos pobres aumentou 14%, enquanto a renda média avançou 3,6%.

"É como se os mais pobres tivessem vivido o esplendor de uma China", compara ele. O trabalho confirma o papel fundamental do Bolsa-Família nesse processo: entre 2001 a 2004, o programa explica dois terços do crescimento da renda dos pobres no período.

"O ano de 2004 é um ano muito raro na história brasileira, não apenas pela melhora na distribuição de renda, mas também pela qualidade", diz. Segundo Neri, do aumento de 14% da renda dos mais pobres, 10 pontos percentuais se deveram ao crescimento da renda do trabalho, e os 4 pontos restantes, ao impacto do Bolsa-Família. "Os números de 2004 mostram um processo com maior sustentabilidade, com baixo custo fiscal."

O estudo, feito em parceria com o International Poverty Centre (IPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), analisou informações do suplemento especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, divulgada há pouco tempo pelo IBGE. Nesse ano, a desigualdade atingiu o nível mais baixo desde 1960.

Para os cálculos referentes a 2005, o estudo utiliza os dados da pesquisa mensal de emprego do

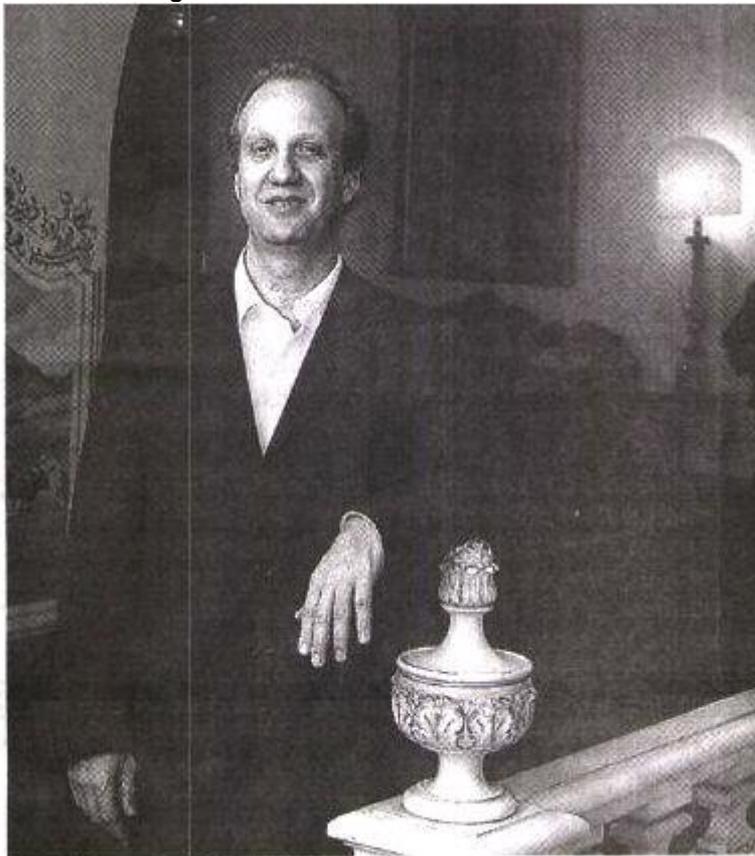
IBGE. Esses números indicam que a desigualdade continuou a cair, mas a um ritmo mais lento do que em 2003 e 2004. O índice de Gini atingiu 0,597 em 2005, uma queda de 0,07 ponto em relação aos números do ano anterior (o indicador varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país). Em 2004, o recuo tinha sido de 0,14 ponto e em 2003, de 0,19.

O aumento significativo do salário mínimo em 2005 teve pouco impacto sobre a renda do trabalho. Para ele, num cenário de crescimento baixo da economia, é possível que os efeitos negativos do reajuste do mínimo sobre o desemprego e a informalidade tenham ofuscado os positivos. No entanto, os cálculos referentes a 2005 não incluem os rendimentos provenientes do pagamento de aposentadorias — fortemente influenciados pelo mínimo — e do Bolsa-Família. Quando sair a PNAD de 2005, que incluirá esses

dados, a queda da desigualdade deverá ser maior, admite Neri.

De 1995 a 2004, a renda média do brasileiro caiu 0,63% ao ano, enquanto a dos mais pobres cresceu 0,7%. "Por isso, esse período não pode ser definido como da crise da pobreza", afirma Neri.

O Bolsa-Família recebem elogios do pesquisador, por serem mais focados nos mais pobres e terem um custo fiscal bem mais baixo do que a Previdência Social. De qualquer modo, mesmo a Previdência começou a ter recentemente um impacto mais forte na vida dos mais pobres, já que desde 1988, o governo federal adotou uma política de reajustes mais altos para os benefícios mais baixos. Para ele, um dos desafios do país é que a criação do novo regime de programas sociais (como o Bolsa-Família) gerou "impacto pró-pobre, mas, como o antigo regime não foi desativado, a pressão fiscal adicional travou o crescimento".



**Marcelo Neri, pesquisador da FGV: esplendor da China entre os mais pobres**

# Sensação de bem estar das famílias é maior que em 2004, diz economista

**Catherine Vieira**  
Da Costa do Saúpe (BA)

A economia e o bem estar das famílias mais pobres crescem numa proporção maior, nos últimos meses, do que a observada pelos números de evolução do PIB. Esta é a visão do economista José Márcio Camargo, sócio da consultoria Tendências. "Para os mais pobres, a economia está crescendo uma barbaridade, os 10% mais pobres tiveram um crescimento real de renda de 12% ao ano entre 2002 e 2004, enquanto para os 10% mais ricos, houve queda de 1,5%", afirmou Camargo, em palestra ontem no 4º Encontro de Conselheiros da Previ, na Costa do Saúpe.

O economista lembrou que o emprego também vem crescendo. "São cerca de 1,2 milhão de empregos, em média, gerados por ano, é algo que não ocorria há muito tempo", disse. De acordo com as projeções da consultoria, a economia deve crescer este ano 3,7%, mas Camargo lembrou que o consumo das famílias deve crescer mais, cerca de 4,8%. Por outro lado, a projeção de inflação do economista é de 4,3%. "Is-

so significa que a sensação de bem estar das pessoas vai ser maior agora do que em 2004, por exemplo, quando o PIB cresceu 5%", avaliou o economista, acrescentando que há muito tempo a economia vinha sendo puxada pelas exportações, e agora o motor é o consumo interno.

Camargo lembrou que a o nível de emprego cresceu 3,2% em 2004 e 3% em 2005. Para este ano, ele projeta aumento de 1,8%. Já com relação à massa salarial, a expansão foi de 5,3% em 2005 e a projeção para 2006 é de crescimento de 5,2%.

Um outro fator determinante é a expansão do crédito. "As políticas microeconômicas às vezes não são lembradas, mas houve crescimento grande do acesso ao crédito, que saltou de 21% para 31% do PIB", afirmou Camargo, lembrando que no ano passado o crédito pessoal cresceu 38,2% e em 2004 outros 32,3%. Para este ano, a projeção é de 21%.

Segundo Camargo, as políticas sociais e econômicas estão na base da popularidade do presidente Lula. De acordo com a Tendências, hoje haveria 60% de chance de reeleição, contra 40% de chan-

ce do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin vencer.

"As pesquisas mostram que os deslizes éticos são conhecidos por 80% da população, a popularidade do presidente não está relacionada à falta de informação, a força de Lula se concentra entre os mais pobres e menos instruídos e parece ser o resultado de uma política econômica e social que favoreceu este grupo de eleitores", diz o economista, que lembra que os programas beneficiam mais o Norte e o Nordeste. Para Camargo, os programas de transferências de renda explicam parte dos progressos e não são assistencialistas.

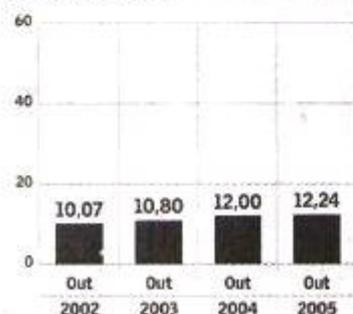
Na avaliação da consultoria, no entanto, o candidato do PSDB começa bem a campanha. "Alckmin não está morto, há colégios eleitorais importantes, como Minas e São Paulo, nos quais o PSDB leva vantagem larga na disputa pelo governo estadual. Mesmo antes de começar a campanha, o ex-governador está em patamar semelhante ao que tinha o candidato do PSDB no segundo semestre de 2002", afirma Camargo.

A repórter viajou a convite da Previ

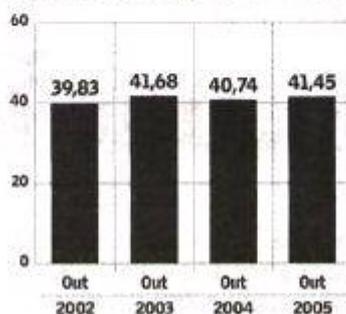
## Desigualdade reduzida

Parcela de renda apropriada - em %

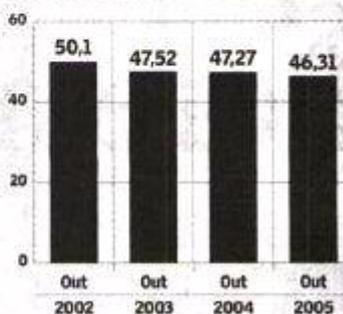
50% mais pobres



40% intermediários



10% mais ricos



Fonte: CPS/Ilvo/FGV